

Prazo para a efetivação do acordo é adiado pela quarta vez, para o dia 15 de abril

por Maria Clara R.M. do Prado de Brasília

O prazo limite final para a efetivação do acordo da dívida externa brasileira com os bancos credores internacionais foi ontem mais uma vez prorrogado, passando do dia 28 de fevereiro para 15 de abril. É a quarta vez que a data sofre alterações pelo mesmo motivo: a demora do governo em garantir as medidas necessárias ao ajuste fiscal, condição sem a qual o País não conseguirá fechar um acordo do tipo "standy-by" com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

"Com a CPI que investiga a corrupção no orçamento, há o temor de que não consigamos concluir até o final de janeiro os trabalhos do orçamento de 1994, da revisão constitucional que vão dar base ao ajuste", explicou ontem o presidente do Banco Central, Pedro Malan, lembrando que as regras acertadas no memorando de entendimento com os bancos credores, em julho de 1991, prevêem que a troca da dívida velha pelos novos bônus precisa ter sua data definida com uma antecedência mínima de 35 dias.

O novo prazo limite para a efetivação do acordo foi acertado esta semana, em Nova York, pelo negociador da dívida externa, André Lara Resende, junto com Malan. Havia a intenção do governo brasileiro de pedir uma extensão até 31 de março, mas para não atrapalhar a contabilidade dos bancos japoneses (o ano fiscal do Japão inicia-se em 1º de abril), a data-limite de 15 de abril acabou prevalecendo. O processo de assinaturas dos contratos, no entanto, inicia-se bem antes. Foi acertada a data de 29 de novembro para o início formal da coleta de assinaturas que será marcada como um grande evento organizado por William Rhodes, em Toronto, no Canadá.

PROBLEMAS COM A FAMÍLIA DART

O acordo da dívida externa depende não apenas do acordo com o FMI — Malan confirmou a este jornal que uma missão negociadora do Fundo deverá chegar ao Brasil em meados deste mês — mas também da adesão, nos termos propostos pelo Brasil, da família Dart que comprou títulos da dívida externa brasileira no mercado secundário, detendo hoje créditos de US\$ 1,4 bilhão de valor de face. Lara Resende era esperado ontem no Brasil mas retardou sua viagem por 24 horas na tentativa de avistar-se com representantes dos Dart.

Algumas idéias estão sendo colocadas na mesa de discussões entre as partes interessadas, incluindo não só os Dart mas principalmente os bancos credores



Pedro Malan

res privados internacionais. Uma delas prevê a hipótese de os Dart optarem agora por "discount bonds" (bônus de desconto) no limite mínimo exigido de 35% em operação casada com um "swap" (troca) que garantiria à família substituir os "bônus de desconto" pelos bônus de capitalização (pelos quais têm preferência) depois de o acordo da dívida ter sido efetivado. Isso implica uma solução de mercado e requer que um ou mais credores estejam dispostos a aderir à operação para não prejudicar a finalização do acordo.

Não há outros casos conhecidos de credores não originais que estejam atrapalhando o acordo da dívida. Malan não sabe dizer qual o valor da dívida externa que trocou de mãos no mercado secundário e hoje não está mais com os credores originais: "Qualquer informação sobre isso seria puro chute", atestou o presidente do BC, explicando que os novos credores deixam os títulos em custódia junto a instituições financeiras e são essas que se comunicam com as autoridades brasileiras através dos telex de adesão.

PRESSÃO PELA LEI DE PATENTES

Mais difícil talvez de resolver seja o acordo com o FMI que está sendo pleiteado pelo Tesouro Nacional como condição sem a qual não haverá a emissão especial dos "zero coupon bonds" que vão garantir o acordo da dívida externa. Malan esteve na segunda-feira, em Washington, com o vice-diretor para Assuntos Internacionais do Tesouro dos Estados Unidos, Lawrence Summers, e ficou claro na conversa que a exigência do acordo com o FMI continua sendo firmemente colocada. Malan disse a este jornal que em nenhum momento ouviu sobre a condicionalidade dos Estados Unidos vinculando a emissão dos "zero coupon bonds" à aprovação da Lei das Patentes pelo Congresso brasileiro mas admite que existam pressões de lobistas junto ao Tesouro daquele país procurando vincular um fato ao outro.